



**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Comite de Auditoria Estatutária

Rua Líbero Badaró, 425, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: 3396-9000

**ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
DA PRODAM-SP**

DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de fevereiro de 2026, às 09h00, por vídeo conferência, através da plataforma *Microsoft Teams*, reuniu-se o Comitê de Auditoria Estatutário da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP.

CONVOCAÇÃO: Realizada por meio do envio de correio eletrônico aos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, em 14 de janeiro de 2026.

PRESENCAS: Presentes todos do Comitê de Auditoria Estatutário, **Sr. ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS**, membro-coordenador, **Sr. MICHAEL MONTGOMERY**, membro, **Sr. FÁBIO CLARO COIMBRA**, membro, **Sra. PATRICIA RIBEIRO PEREIRA**, Gerente de Auditoria Interna (GPA), e **Sras. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS e LUIZA MASSARO MAGYAR DE SOUZA**, Secretária de Governança Corporativa, contando com os convidados **Sra. AMANDA CARRARA DÓRIA**, Gerente de Planejamento e Controle Financeiro (GFP) **Sr. MARCO AURELIO TRAVASSO**, Coordenador de Execução Contábil, **Sr. LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO**, Diretor de Administração e Finanças, **Sras. MARIA APARECIDA LIMA SOUZA ROCHA, DIVA APARECIDA STIPPE e SOLANGE CRISTINA F. C. CAMPOS**, da Gerência de Compliance e Gestão de Riscos (GPR),

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Sra. ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS**, Secretária de Governança Corporativa.

ORDEM DO DIA

I - COA/COF/PRE: ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

1. Conhecer as atas das reuniões do Conselho de Administração. (Agenda estratégica)

2. Conhecer as atas das reuniões do Conselho Fiscal. (Agenda estratégica)

3. Conhecer as atas reuniões da Diretoria Executiva. (Agenda estratégica)

O Coordenador do Comitê destacou, no início da reunião, a importância de que os materiais submetidos ao Comitê reflitam com clareza os critérios de priorização e as eventuais alterações no planejamento originalmente aprovado, especialmente em função de demandas extraordinárias e restrições de recursos, de modo a assegurar transparência e adequada compreensão dos impactos sobre o plano de trabalho.

II - PRE/GPA: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

**4. Supervisionar as atividades da Auditoria Interna. (Agenda estratégica).
Apresentado por Patrícia Ribeiro Pereira.**

5. Avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva da estatal, das recomendações feitas por CAE, auditores internos e externos. (Agenda estratégica)

III - PRE/GPR: FRANCISCO DE PADOVAN FORBES

6. Acompanhar e avaliar as atividades de gestão de riscos nas áreas da empresa, assim como monitorar as respectivas exposições. (Agenda Estratégica).

7. Avaliar a efetividade dos sistemas e atividades de Gestão de Riscos, Controles Internos, Governança Corporativa e Compliance. (Agenda Estratégica).

8. Avaliar o Relatório de Atividades da Comissão de Ética. (Agenda Estratégica).

9. Atualização sobre os trabalhos da área e sobre os planos de ação para riscos críticos.

10. Apresentação da gestão de risco cibernético e de segurança de informação e gestão de acessos.

IV - DAF/GFP: LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO

11. Acompanhar Demonstrações Financeiras e seus Anexos, e monitorar a qualidade e integridade dos Mecanismos de coleta e processamento nos termos do inciso III e IV, artigo 31 do Estatuto Social. (Agenda estratégica).

12. Informações sobre a Reforma Tributária e os impactos e tratativas necessários.

13. Apresentar os trabalhos da auditoria independente: SACHO.

I - COA/COF/PRE:

Atas do Conselho de Administração poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001141-2

Atas do Conselho Fiscal poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0000729-6

Atas Reunião de Diretoria poderão ser consultadas via Processo SEI 7010.2020/0001497-7

Portal da Transparência da Prefeitura: <https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Transparência da PRODAM:
<https://colaborador.prodam.sp.gov.br/institucional>

II - PRE/GPA: A Sra. **Patrícia Ribeiro Pereira**, explicou que a apresentação possui caráter protocolar e visa fornecer suporte à explanação oral, sendo que o plano contempla auditorias programadas, monitoramentos de planos de ação, avaliações de conformidade e projetos intersetoriais com áreas estratégicas da companhia. A gerente ressaltou que, embora a Auditoria Interna busque fortalecer sua atuação preventiva, a prática cotidiana tem demandado **repriorização constante** das atividades, especialmente diante de situações que envolvem **impacto financeiro imediato**, cujo tratamento tempestivo evita dispêndios indevidos pela companhia. Destacou que duas das ações atualmente em execução decorrem exatamente dessa priorização baseada em materialidade financeira e risco crítico. Foi ressaltado que as repriorizações atualmente realizadas decorrem de práticas operacionais e não estão formalmente previstas em normativos internos, inexistindo, até o momento, critérios objetivos e documentados que orientem tais decisões. Pontuou, ainda, que a área de Auditoria Interna possui perfil **multidisciplinar**, capaz de integrar conhecimentos técnicos, jurídicos, de integridade, gestão de riscos e tecnologia, característica que fortalece a qualidade das análises e recomendações emitidas ao longo dos trabalhos. Em resposta às colocações do Comitê sobre a necessidade de formalização dos critérios de priorização — especialmente quanto à distinção entre riscos financeiros, riscos de outras naturezas e materialidade — a Sra. Patrícia concordou com a importância de aperfeiçoar os instrumentos normativos e avaliou que os critérios atualmente aplicados na prática são genéricos, sendo oportuno estabelecer parâmetros mais claros e abrangentes para orientar decisões de priorização ao longo do exercício. Os membros do Comitê enfatizaram que a ausência de formalização desses critérios pode gerar riscos de desalinhamento institucional e fragilizar a rastreabilidade das decisões, especialmente em contextos de demandas extraordinárias. A gerente destacou, ainda, que o equilíbrio entre atividades preventivas e demandas corretivas urgentes é um desafio contínuo, mas essencial para que a Auditoria não se transforme exclusivamente em uma área de “apagar incêndios”, preservando assim a capacidade de desenvolver projetos estruturantes, como aqueles voltados à gestão e fiscalização de contratos e ao suporte à preparação institucional para auditorias externas.

O **Sr.** André Vasconcellos, coordenador do CAE, elogiou a evolução do plano, mas ressaltou a necessidade de formalizar critérios de priorização, inclusive para situações extraordinárias que exijam ajustes ao longo do exercício. Enfatizou que tais repriorizações devem ser comunicadas ao CAE e ao Conselho, de modo a assegurar transparência e alinhamento institucional. Foi também destacado que eventuais alterações no plano de auditoria aprovado devem ser acompanhadas da explicitação dos impactos decorrentes, incluindo atividades postergadas ou suprimidas e os respectivos riscos associados, de modo a resguardar a atuação da Auditoria Interna e assegurar transparência perante os órgãos de governança.

O Sr. Fábio Claro Coimbra reforçou que a priorização não deve se limitar ao impacto financeiro, recomendando a adoção de critérios de materialidade ampliada, considerando riscos operacionais, reputacionais, estratégicos e de segurança da informação. Sugeriu a revisão da norma de auditoria interna para incorporar tais parâmetros de modo claro e aplicável.

Os membros também destacaram a importância de preservar a autonomia institucional da Auditoria Interna, que responde ao CAE e ao Conselho, e não à Diretoria Executiva, devendo quaisquer ajustes de escopo observar o rito decisório apropriado.

Foi ainda discutida a limitação de recursos da área de Auditoria Interna, composta por equipe reduzida, o que pode impactar a capacidade de execução do plano e aumentar a dependência de prioridades não estruturadas, reforçando a necessidade de critérios claros e planejamento robusto. Os membros do Comitê destacaram a importância de maior clareza quanto ao equilíbrio entre atividades preventivas e corretivas no plano de auditoria, incluindo a definição explícita da proporção adotada e sua eventual variação ao longo do exercício.

III - PRE/GPR: A Sra. **Maria Aparecida Lima Souza** apresentou o panorama das atividades de integridade, conformidade e gestão de riscos, destacando que a complexidade dos processos da Companhia exige elevado rigor técnico e documentação completa para assegurar rastreabilidade e clareza ao Comitê. Explicou que os materiais são detalhados porque refletem a amplitude das análises realizadas e a necessidade de registrar de forma consistente os riscos, controles e evidências reunidas pela área. Mencionou que a perda de profissionais com conhecimento especializado tem representado risco significativo para a continuidade operacional, razão pela qual o programa de gestão do conhecimento foi fortalecido, garantindo a transferência estruturada e responsável de informações entre as áreas. Reforçou que sua equipe atua de forma integrada — envolvendo aspectos de compliance, riscos, processos, contratos e tecnologia da informação — o que qualifica os diagnósticos apresentados. Ao final, afirmou compreender plenamente as observações do Comitê, concordando com a importância de aprimorar a consistência documental, fortalecer controles e manter transparência nas informações submetidas. A Sra. **Solange Cristina F. C. Campos** apresentou os resultados do treinamento do Código de Conduta e Integridade, informando que a maior parte dos colaboradores concluiu o curso, enquanto as pendências seguem em acompanhamento. Relatou que o treinamento voltado a terceiros foi realizado presencialmente e registrou a nota máxima obtida pela Companhia no Indicador de Transparência Ativa. Informou a publicação de novos normativos e detalhou aqueles em elaboração, como regras para provas de conceito, escalonamento de pagamentos e revisões administrativas. Explicou também o andamento da carta anual, do relatório integrado e das demais entregas regulatórias, destacando que todo material sujeito à apreciação do CAE será submetido previamente ao Comitê antes de ser encaminhado ao Conselho de Administração, conforme prevê a Lei 13.303. Reforçou a importância da cultura de integridade, do cumprimento dos ritos internos e da articulação contínua entre compliance, riscos, jurídico, financeiro e demais áreas corporativas. Os membros do Comitê observaram que, embora as iniciativas de integridade e compliance estejam bem estruturadas, ainda há lacunas na visibilidade e no tratamento sistemático de riscos relevantes para a Companhia, especialmente aqueles de natureza estratégica, operacional e reputacional. Foi ressaltado que determinados riscos relevantes não têm sido objeto de discussão estruturada no âmbito do Comitê, o que limita a capacidade de supervisão e acompanhamento adequado. Foi discutida a necessidade de acompanhamento mais frequente dos temas relacionados à proteção de dados

peçoais (LGPD) e segurança da informação, incluindo a possibilidade de apresentações periódicas específicas sobre riscos cibernéticos e medidas de mitigação. Foi destacado que os riscos relacionados ao desenvolvimento de sistemas apresentam natureza transversal, impactando múltiplas dimensões incluindo segurança da informação, infraestrutura e processos organizacionais, demandando abordagem integrada e priorização baseada em criticidade. Os membros também mencionaram preocupações relacionadas à segurança física de instalações críticas, incluindo a proximidade e acessibilidade de estruturas sensíveis, ressaltando a importância de reavaliação dos controles à luz das recentes alterações na infraestrutura. Foi reforçado que a perda de profissionais com conhecimento especializado representa risco relevante para a continuidade operacional, sendo destacada a importância do programa de gestão do conhecimento como medida mitigadora estruturante.

IV - DAF/GFP: A Sra. **Amanda Carrara Dória** apresentou ao Comitê o quadro atualizado de faturas a receber, esclarecendo que os valores exibidos já contemplavam os descontos decorrentes do pagamento de duas das seis parcelas referentes aos contratos da área da saúde, informando que a próxima parcela estava prevista para o mês de fevereiro. Destacou que as tratativas de cobrança seguiam em andamento e que a régua de cobrança estava sendo aplicada para reduzir o volume de pendências. Prosseguindo, apresentou os avanços relacionados à **reforma tributária**, relatando que a equipe contábil já havia participado de treinamentos específicos e realizado reuniões com a Totvs para adequação do ERP Protheus às novas exigências legais, garantindo que o faturamento de fevereiro já fosse emitido com o destaque correto de IBS e CBS. Informou também que o fechamento contábil de janeiro seguia em andamento e que as demonstrações financeiras e notas explicativas preliminares já haviam sido disponibilizadas e ainda seriam submetidas à revisão da auditoria externa, podendo sofrer ajustes. Ao responder aos questionamentos dos membros do comitê, Amanda explicou que a empresa aguardava a devolutiva das consultorias tributárias, cujas propostas iniciais apresentaram escopos e valores muito distintos, o que dificultava sua equalização. Sua apresentação foi elogiada pelos membros do Comitê, que reconheceram a qualidade técnica, a organização e a clareza dos materiais apresentados. Em complemento, o Sr. **Marco Aurélio Travasso** aprofundou os aspectos técnicos da implementação da **reforma tributária** no sistema corporativo, explicando que o ERP Protheus já havia sido parametrizado para atender às primeiras exigências, incluindo o destaque do IBS e da CBS nas notas fiscais, que neste momento possuem caráter apenas demonstrativo, ainda sem impacto direto no recolhimento de tributos. Travasso ressaltou que o efeito mais relevante será observado no **fluxo de caixa da empresa**, considerando que o novo modelo prevê a retenção do imposto diretamente no ato do pagamento pelo cliente, eliminando o prazo antes existente para quitação. Informou também que o fechamento contábil de janeiro permanecia em curso e que os documentos preliminares poderiam ser ajustados conforme análise da auditoria externa. Ao esclarecer as dúvidas apresentadas, comentou que as propostas das consultorias tributárias ainda não eram comparáveis entre si devido às diferenças de escopos e valores e reforçou que somente após o recebimento de todas as versões revisadas seria possível consolidar uma recomendação. Comunicou, ainda, que iniciaria um curto período de férias, orientando que eventuais dúvidas fossem formalizadas para posterior resposta. Ficou reforçado que todos os materiais relevantes incluindo carta anual e relatório integrado devem ser submetidos previamente ao Comitê antes de seu encaminhamento ao Conselho de Administração, em linha com as boas práticas de governança.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026.

ANDRÉ LUIZ CARNEIRO DE VASCONCELLOS

Membro-Coordenador

MICHAEL MONTGOMERY

Membro

FÁBIO CLARO COIMBRA

Membro

ANGÉLICA DE SOUZA LACERDA ANANIAS

Secretária de Governança Corporativa



Michael Montgomery

Membro do Comitê

Em 17/04/2026, às 21:22.



André Luiz Carneiro de Vasconcellos

Membro do Comitê

Em 23/04/2026, às 15:11.



Fabio Claro Coimbra

Membro do Comitê

Em 25/04/2026, às 13:16.



Angélica de Souza Lacerda Ananias

Coordenador(a) de Processos

Em 28/04/2026, às 14:19.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **154978272** e o código CRC **81C624AA**.

Referência: Processo nº 7010.2020/0001211-7

SEI nº 154978272